

Relatório

Análise da execução orçamental

2006

Considerações prévias

Tendo sido o orçamento elaborado, como habitualmente, numa óptica de tesouraria, não estão aqui considerados todos os custos, designadamente os respeitantes a amortizações e ajustamentos, bem como os acréscimos e deferimentos de custos e proveitos.

Esta análise abrange, por conseguinte as receitas e despesas correntes e despesas de capital numa óptica de tesouraria. A análise dos resultados é efectuada em capítulo próprio.

Comentários à execução orçamental

Começando pela síntese apresentada no quadro seguinte,

Execução orçamental - 2006				
SÍNTESE				
Descrição	Orçamento anual	Realizado	Desvio	
			Valor	%
RECEITAS TOTAIS	3.613.905,81	3.547.994,69	-65.911,12	-1,82%
DESPESAS CORRENTES TOTAIS	3.502.293,00	3.216.089,75	286.203,25	-8,17%
EXCEDENTE GERADO	111.612,81	331.904,94	220.292,13	197,37%
DESPESAS DE INVESTIMENTO	111.000,00	89.351,18	-21.648,82	-19,50%
Saldo orçamental final	612,81	242.553,76	241.940,95	39480,70%

concluimos que, em termos globais, as receitas apresentam um desvio desfavorável de quase 2%, sobejamente compensado com um desvio favorável nas despesas correntes totais de cerca de 8%.

Com as despesas de capital também ficaram aquém do previsto em 19,5%, o saldo final da execução orçamental fixou-se num valor confortável em termos absolutos – cerca de 240 000,00 euros.

Estes números finais são o resultado de um conjunto de medidas de racionalização dos gastos correntes. As despesas de capital respeitam, cerca de 55% a mobiliário e equipamento adquirido pelas Delegações e o restante à reposição de equipamento e algumas obras residuais, no Conselho Distrital. A aquisição de aparelhos de ar condicionado, no montante de 50 000,00 euros, para substituição dos existentes em regime de aluguer, foi efectuada em regime de locação financeira, pelo que, neste documento apenas são relevadas as rendas pagas, no montante de 7 318,02 euros.

Receitas correntes

Passando ao detalhe, e ao nível das receitas, o seguinte mapa, mostra-nos que cerca de 53% das receitas têm origem nas participações em quotizações, com um desvio desfavorável de quase 2%.

Receitas correntes

Descrição	Orçamento anual	Realizado	Variação face ao inicial		Peso relativo
			Valor	%	
QUOTIZAÇÕES ESTATUTÁRIAS	1.915.905,81	1.878.461,82	-37.443,99	-1,95%	52,94%
TAXAS DE INSCRIÇÃO de Advogados	210.000,00	217.500,00	7.500,00	3,57%	6,13%
Provas de agregação	70.000,00	69.000,00	-1.000,00	-1,43%	1,94%
TAXAS DE INSCRIÇÃO de Advogados Estagiários	380.000,00	370.833,40	-9.166,60	-2,41%	10,45%
Receitas do Centro de Estágio	80.000,00	125.220,00	45.220,00	56,53%	3,53%
			-	-	
Formação contínua	325.000,00	133.210,28	191.789,72	59,01%	3,75%
Subsídios do Conselho Geral	427.500,00	439.000,00	11.500,00	2,69%	12,37%
Recuperação despesas Apoio Judiciário	120.000,00	192.532,85	72.532,85	60,44%	5,43%
Restantes receitas	85.500,00	122.236,34	36.736,34	42,97%	3,45%
Totais	3.613.905,81	3.547.994,69	-65.911,12	-1,82%	100,00%

Das restantes rubricas, destaca-se um desvio favorável nas receitas relacionadas com as taxas de inscrição de advogados e um ligeiro desvio desfavorável nas taxas de inscrição de advogados estagiários e provas de agregação.

As restantes receitas do Centro de Estágio, relativas a prorrogação e repetição de estágio e a provas escritas, encerram com um desvio favorável de mais de 56%.

O desvio favorável apurado na recuperação das despesas com o Serviço do Apoio Judiciário é ilusório, porquanto o valor recebido respeita aos “sobrecustos” suportados em 2005, tendo ficado os relativos ao ano de 2004 por receber.

A formação contínua sofreu uma contracção, implicando um desvio de cerca de 60%, com o correspondente impacto na redução das despesas inerentes, conforme se detalha em relatório autónomo.

Despesas correntes

Despesas correntes

Descrição	Orçamento anual	Realizado	Variação face ao inicial		Peso relativo
			Valor	%	
Despesas com Pessoal					
Remunerações	1.348.664,00	1.191.763,15	-156.900,85	-11,63%	36,05%
Encargos sociais	249.811,67	218.105,14	-31.706,53	-12,69%	6,60%
Seguro acidentes trabalho	13.360,00	18.442,04	5.082,04	38,04%	0,56%
Seguro saúde (grupo)	13.200,00	13.552,26	352,26	2,67%	0,41%
Complementos de reforma	16.000,00	17.864,00	1.864,00	11,65%	0,54%
Outras despesas com pessoal	32.627,29	9.551,86	-23.075,43	-70,72%	0,29%
Total das despesas com pessoal	1.673.662,96	1.469.278,45	-204.384,51	-12,21%	44,45%
Honorários	595.648,85	514.634,38	-81.014,47	-13,60%	15,57%
Trabalhos especializados	167.000,00	173.823,81	6.823,81	4,09%	5,26%
Rendas e alugueres	177.871,19	180.447,90	2.576,71	1,45%	5,46%
Comunicação	148.000,00	125.529,40	-22.470,60	-15,18%	3,80%
Material de escritório	62.000,00	22.206,09	-39.793,91	-64,18%	0,67%
Conservação e reparação	22.000,00	12.476,93	-9.523,07	-43,29%	0,38%
Limpeza, higiene e conforto	55.000,00	43.021,60	-11.978,40	-21,78%	1,30%
Outras despesas correntes (anexo)	251.110,00	219.498,49	-31.611,51	-12,59%	6,64%
Gastos com Delegações	350.000,00	455.172,70	105.172,70	30,05%	13,77%
Total de despesas correntes	3.502.293,00	3.216.089,75	-286.203,25	-8,17%	97,30%
Despesas de investimento	111.000,00	89.351,18	-21.648,82	-19,50%	2,70%
Despesas totais	3.613.293,00	3.305.440,93	-307.852,07	-8,52%	100,00%

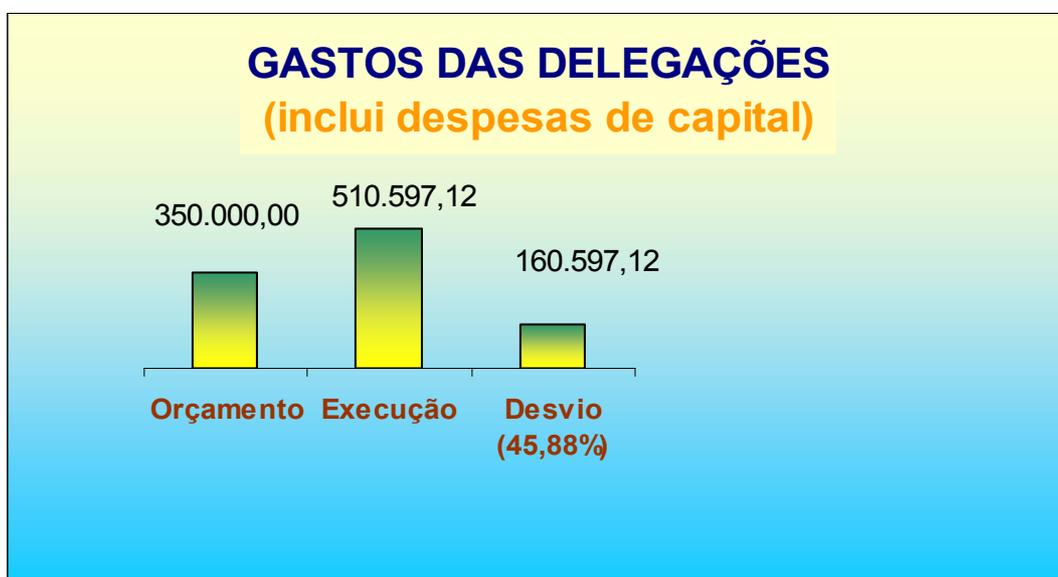
A análise do mapa acima permite concluir que todas as rubricas, de um modo geral, apresentam um bom desempenho relativamente ao orçamento.

As despesas com pessoal apresentam um desvio favorável global da ordem dos 12%, devido a uma redução do quadro de pessoal em 6 funcionários, sendo que com dois deles foi de passagem à situação de reforma.

O desvio favorável apurado na rubrica de honorários relaciona-se essencialmente com a redução dos formadores nas acções de formação contínua.

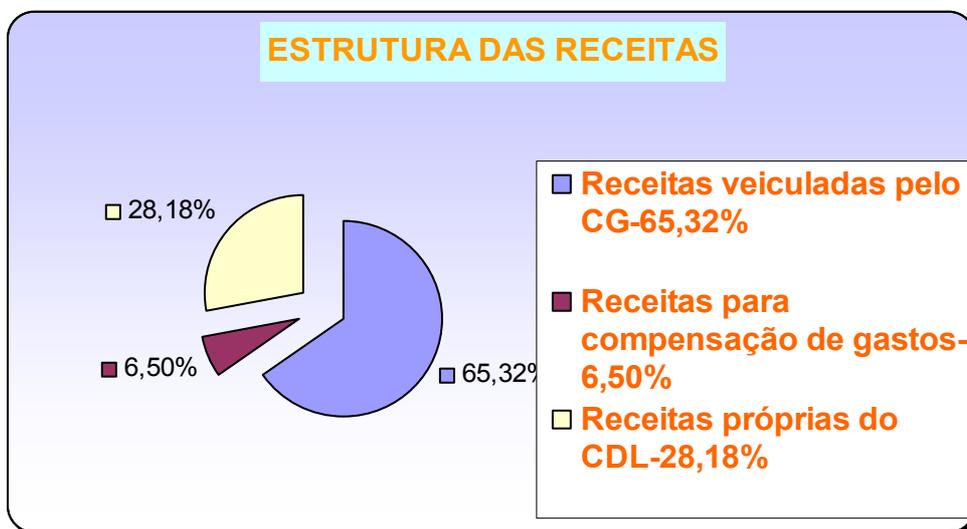
Quanto às demais rubricas, o seu comportamento favorável tem justificação, como se referiu, nas medidas de racionalização dos gastos e também na circunstância de ter ocorrido uma redução da actividade nas acções de formação contínua.

Apenas os Gastos com as Delegações tiveram um incremento de mais cerca de 46%, face ao orçamento, despesas de capital incluídas, passando a representar um peso de quase 16% contra os cerca de 10 a 12%, em média, anteriormente.



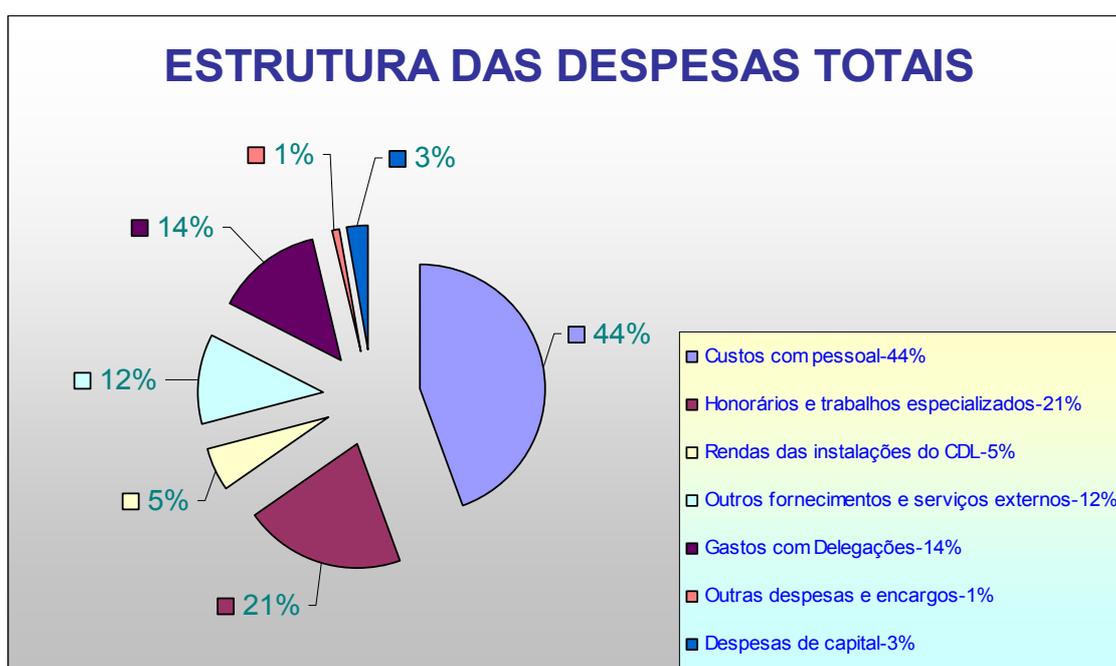
Relativamente às Delegações, apresenta-se em anexo um relato autónomo.

Finalmente, uma análise da estrutura das receitas, mostra que cerca de 65% tem origem nas remessas do Conselho Geral, pela via da comparticipação nas quotizações (52,94%) e pela via dos subsídios (12,37%).



Quanto à estrutura das despesas, o maior peso vai, naturalmente, para as despesas com pessoal que, conjuntamente com os honorários representam 60% das despesas totais.

As despesas correntes com Delegações vêm a seguir com um peso de cerca de 14% que, como se referiu, passa a 16%, consideradas as despesas de capital



Neste documento não é tratado o Centro de Arbitragens, pela sua especificidade e por não ter sido contemplado no orçamento.

Contudo, as operações estão reflectidas nas contas, quer os saldos transitados do Centro Nacional das Profissões Liberais, quer as já praticadas no CDL.

As referidas operações respeitam essencialmente aos processos em curso transitados do anterior gestor sem reflexo imediato nos resultados.

Foram os seguintes os elementos patrimoniais integrados nas contas do CDL, à data de Março de 2006.

Encontra-se ainda em dívida o montante respeitante ao IVA a recuperar do Estado, em virtude de ainda não ter sido recebido pelo CNPL, de acordo com as informações recebidas da contabilidade.

Elementos do Activo			
IVA a recuperar do Estado		44.490,92	
Caixa		89,99	
Depósitos à Ordem		<u>188.986,76</u>	233.567,67
Elementos do Passivo			
Dívidas a árbitros (por processos)			
Processo	2001.01	5.486,37	
Processo	2002.03	20.746,22	
Processo	2002.05	38.377,28	
Processo	2002.04	437,50	
Processo	2003.05	476,22	
Processo	2004.01	638,14	
Processo	2004.04	9.450,00	
Processo	2005.01	51.447,70	
Processo	2005.02	1.250,00	
Processo	2005.03	1.066,80	
Processo	2005.05	<u>22.050,00</u>	151.426,23
Dívidas ao Estado - IRS			
		35,11	
Dívidas ao Estado - IVA			
		2.172,24	
Dívidas à Segurança Social			
		<u>201,72</u>	2.409,07
Dívidas ainda não apuradas à data da passagem do dossier			
			79.732,37

Neste momento estuda-se a possibilidade de autonomização do tratamento contabilístico deste Serviço, com posterior integração nas contas do CDL, por tal se ter vindo a revelar mais adequado.